

# Grupos sociais e representação social da violência\*

JORGE VALA \*\*

## INTRODUÇÃO

1. A par de um elevado número de estudos sobre a agressão, suas origens e desencadeadores, e mesmo sobre o seu controlo, poucos têm sido os autores que procuraram investigar a representação ou as representações que os actores e os grupos sociais se dão da violência ou da agressão. Contudo, a compreensão da dinâmica dos comportamentos agressivos supõe que se conheçam as significações que para os sujeitos reveste a agressão, que se conheça porquê e quando um dado comportamento é ou não percebido como agressivo.

Como observam Bandura e Walters (1963), a definição de um dado comportamento como agressivo pode ser feita a partir de um *ponto de vista objectivo*, e neste caso um acto é dito agressivo pelas suas próprias características ou consequências; ou de um *ponto de vista subjectivo*, que tem em conta o contexto a partir

do qual é inferida a *intencionalidade* agressiva de um acto. Da Glória e De Ridder evidenciaram, com efeito, em várias experiências (Da Glória e De Ridder, 1977, 1979) a inadequação do *ponto de vista objectivo*, ao mesmo tempo que sublinham a importância da elaboração cognitiva conducente à representação de um comportamento como agressivo, e, contrariamente a Bandura e Walters, que pensavam ser impossível uma definição subjectiva da conduta agressiva sem pôr em causa a objectividade científica, mostram a possibilidade de ter em conta tal perspectiva, quer na definição teórica da agressão, quer na sua operacionalização. Também Leyens (1979) considera que a definição da agressão envolve necessariamente uma atribuição, atribuição que não é independente do sistema de normas culturais, e que, consequentemente, os comportamentos agressivos são definidos socialmente. Assim, a agressão não reside na forma de comportamento, mas na significação que ao comportamento atribuem os diferentes actores (vítima, agente, observadores), significação que se fundamenta no sistema de normas e valores a que cada actor se refere.

2. Por outro lado, parece-nos importante constatar como à pluralidade de tipos de comportamentos ditos violentos, corresponde por

\* Artigo escrito no âmbito do projecto n.º 125.79.102 do programa de investigação da JNICT para 1981. Agradeço a J. Ph. Leyens e J. P. Di Giacomo, do Laboratório de Psicologia Social e Experimental da U.C.L., o apoio prestado na condução desta investigação. Aos colegas L. Soczka, G. de Abreu e J. da Glória, bem como aos colegas do Grupo de Estudos de Psicologia Social, nomeadamente a M. B. Monteiro e J. Correia Jesuino, agradeço as críticas e sugestões que permitiram melhorar este trabalho.

\*\* Psicólogo Social, investigador do GEPS/ISPA e Assistente no ISCTE.

parte da psicologia, e mesmo por parte da psicologia social, um interesse maior pela agressão como processo individual, e por situações agressivas de alcance interindividual, definidas como tal pelos quadros legais ou morais da nossa sociedade. É, aliás, neste âmbito que têm surgido os estudos sobre a percepção dos comportamentos agressivos de que salientamos uma linha de investigação que em numerosos trabalhos tem procurado explorar as dimensões perceptivas de infracções legais que envolvem agressão. Trata-se de estudos que visam determinar a percepção da gravosidade de diferentes episódios agressivos, relacionando-os ou não com a gravosidade das punições que a lei prevê (Hawkins, 1980; Rossi *et al.*, 1974). Estes estudos revestem, porém, do ponto de vista da psicologia social, algumas limitações que Forjas *et al.* (1980) enunciam num trabalho recente e das quais destacamos as duas seguintes: assentam num número reduzido e arbitrário de infracções criminais ou morais; a maioria desses estudos utiliza uma única dimensão perceptiva — a gravosidade das acções agressivas. A justeza destas duas observações de Forjas mostra o alcance limitado dos trabalhos atrás referidos para a compreensão da percepção dos comportamentos agressivos no contexto da psicologia social.

No seu próprio estudo sobre as dimensões da agressão ou da violência, Forjas *et al.* procuram ultrapassar as limitações enunciadas, já que partem de um conjunto de episódios mais frequentemente referidos pela sua amostra, e de um conjunto de parâmetros avaliativos igualmente estabelecidos num estudo piloto. Estes autores identificam, assim, um determinado número de dimensões cognitivas que definem o espaço da percepção da agressão, bem como um conjunto de comportamentos agressivos que são diferenciados nesse espaço perceptivo. No entanto, o trabalho de Forjas *et al.* não sai do âmbito da agressão interindividual física e directa. Dos vinte e dois episódios agressivos em que assenta o seu estudo, apenas quatro referem comportamentos violentos que não cabem naquele âmbito. Perguntamo-nos se a centração dos episó-

dios agressivos recolhidos por estes autores num único tipo de violência não poderá ser atribuída, quer a normas implícitas na situação de recolha (contexto escolar, resposta ao pedido de um psicólogo, a própria formulação da *consigne*, etc.), quer à eventual homogeneidade do sistema normativo da sua amostra (estudantes universitários). Ouvidas outras amostras e noutras condições de recolha não se obteria um leque diferente e mais variado de tipos de agressão? Com efeito, alguns sociólogos têm proposto taxonomias amplas da agressão. Por exemplo, Galtung (1980) propõe uma tipologia complexa que distingue quatro tipos («*violência directa*; *pobreza* — impossibilidade de satisfazer as necessidades materiais fundamentais; *repressão* — privação dos direitos humanos; *alienação* — impossibilidade de satisfazer as necessidades superiores»), a que correspondem diferentes categorias de situações de violência. Se esta tipologia tem o mérito de não acentuar os aspectos personalizados e jurídicos da violência, ao mesmo tempo que estende a sua significação a situações de âmbito socio-estrutural, ela apresenta a desvantagem, do nosso ponto de vista, de não corresponder a uma representação estabelecida empiricamente.

3. Neste estudo propomo-nos: *a)* analisar os diversos aspectos da significação da violência, enquanto objecto construído no confronto das experiências grupais e das normas e valores culturais; *b)* enquanto objecto diferenciado relativamente ao posicionamento institucional e cultural de diferentes grupos sociais. É enquanto representação social (Moscovici, 1961) que nos propomos abordar a violência, situando-a no seu contexto social de formação e emergência, e procurando, assim, subtraí-la à especificidade da sua significação predominantemente reproduzida, onde são acentuados os seus aspectos manifestados e directos, psicológicos e interpessoais, ou ainda juridico-penais. Ao procurarmos analisar as diferenças na conceptualização da violência manifestadas por diferentes grupos sociais, não nos colocamos na perspectiva que acentua a individualidade das representações de

cada sujeito (Kelly, 1955), mas numa perspectiva que estuda as representações enquanto processo e conteúdos que relevam de factores sociais e individuais. A nossa hipótese encontra a sua justificação na ideia de que as representações sociais são determinadas pela *totalidade das circunstâncias sociais*, mas reflectem também a experiência e a inserção contextual específica dos diferentes grupos sociais (Moscovici, 1961). As informações disponíveis, as experiências vividas, as normas e os valores sociais diferenciam-se de grupo para grupo e determinam as representações que elaboram.

Deste ponto de vista, diríamos, como Moscovici (1961), que uma representação social compreende um sistema de valores, noções e práticas relativos a objectos e aspectos ou dimensões do meio social, que permitem a estabilização do quadro de vida dos indivíduos e dos grupos, constituem um instrumento de orientação da percepção das situações e de elaboração das respostas, e contribuem para a intercomunicação dos membros de um grupo ou duma comunidade. Se considerarmos as funções das representações sociais subjacentes a esta definição, desde logo nos apercebemos do seu papel na criação da identidade de um grupo, enquanto sistema de referências comum e específico face a outros grupos, e do seu papel na economia das relações internas e externas do grupo, enquanto sistema de comunicação e quadro de elaboração de comportamentos. Não só a especificidade da situação de cada grupo social conduzirá à especificidade das suas representações, como a especificidade das representações contribuiriam, nesta perspectiva, para a diferenciação dos grupos sociais. Esta hipótese geral sobre a génese e função das representações sociais, é por nós retomada neste estudo sobre a representação da violência.

4. O critério de selecção dos grupos considerados na maioria dos estudos até agora realizados no âmbito da análise das representações sociais, assenta em princípios de estratificação tradicional como o sexo, a profissão, o nível de escolaridade, etc.<sup>1</sup>. Do ponto de vista do objec-

to da presente investigação interessa-nos distinguir os grupos a estudar em função de variáveis que remetam para a inserção social perspectivada de uma outra forma. Nesta óptica escolhemos como eixos ou variáveis de clivagem intergrupos, a *inserção cultural* (distinguindo aqui os grupos de *cultura maioritária* dos de *cultura minoritária*) e a *posição estatutária* (onde opomos os grupos *dominantes* aos grupos *dominados*).

O conteúdo do eixo *inserção cultural* foi estabelecido a partir da tipologia de Merton (1957) relativa aos *modos de adaptação individual*. Escolhemos, por um lado, grupos que correspondem ao tipo *conformista* (grupos bem integrados socialmente, que manifestam adesão a valores e normas institucionalizados, ou seja, que partilham a *cultura maioritária*): do nosso ponto de vista, estão neste caso os quadros e os empregados administrativos. Por outro lado, escolhemos grupos ditos *desviados*, que partilham *culturas específicas e minoritárias*, como o são os reclusos e os dirigentes sindicais (os reclusos, como *inovadores*, manifestam adesão aos valores instituídos, mas infringem as normas na medida em que possam constituir o obstáculo à realização dos valores; os dirigentes sindicais, enquanto *rebeldes*, e ainda na linguagem de Merton, dirigem a sua acção para uma nova ordem social, assente em novos valores e normas).

Quanto ao segundo eixo de diferenciação — a *posição estatutária*, estabelecemos duas categorias: grupos de *estatuto dominante*, ou seja, grupos instituídos de poder de comando sobre outros, e grupos de *estatuto dominado*, ou seja, grupos que formalmente são desprovidos de poder num dado quadro organizacional. Relativamente à respectiva inserção organizacional, pertencem à primeira categoria os quadros e os dirigentes sindicais, e à segunda os empregados administrativos e os reclusos.

<sup>1</sup> Citamos como exemplo Herzlich (1969) que estudou a representação da saúde e da doença em indivíduos das profissões liberais e em indivíduos das classes médias, e Jodelet (1979) que estudou a representação do corpo nas mulheres e nos homens.

A nossa hipótese é a de que: a) os grupos considerados valorizam de forma diferenciada as dimensões da representação social da violência, e de que b) a forma como estes mesmos grupos hierarquizam as dimensões desta representação se reporta à sua respectiva inserção cultural e à sua posição estatutária.

## MÉTODOS

### Sujeitos

Esta investigação incidiu sobre 188 indivíduos do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 25 e os 45 anos, residentes na Grande Lisboa e repartidos pelos quatro grupos seguintes:

- Dirigentes Sindicais (grupo de cultura minoritária e estatuto dominante), 41;
- Quadros de Empresa (Grupo de cultura maioritária e estatuto dominante), 50;
- Empregados Administrativos (grupo de cultura maioritária e estatuto dominado), 48;
- Reclusos (grupo de cultura minoritária e estatuto dominado), 49.<sup>2</sup>

### Procedimentos

Para o levantamento dos conteúdos da representação da violência recorreremos à técnica de associação livre e continuada de palavras<sup>3</sup>. Apresentávamos ao sujeito a palavra-estímulo vio-

<sup>2</sup> Dirigentes Sindicais — indivíduos que à data do estudo pertenciam à Direcção de Sindicatos federados numa mesma Central Sindical; Quadros — indivíduos com posição superior nas empresas ou na administração pública e com poder directo pelo menos sobre uma dezena de pessoas; Empregados Administrativos — indivíduos ocupando lugares subordinados tais como dactilógrafos e escriturários; Reclusos — indivíduos na prisão, já julgados e condenados.

<sup>3</sup> O recurso a esta técnica como instrumento de recolha de informação num estudo sobre as representações sociais permite ultrapassar algumas das dificuldades de ordem teórico-metodológica e de ordem técnica que se oferecem à investigação neste domínio, onde são predominantemente utilizados a entrevista e a análise de conteúdo, o questionário, ou, nalguns casos ainda, o Diferenciador Semântico. A utilização do questionário pressupõe o recurso prévio a técnicas de análise intensiva, e o seu emprego não deixa, de qualquer forma, de levantar aqui problemas de validade. Relativamente à entrevista não-estruturada de inquérito, a A. L. P. apresenta vantagens na medida em que liberta os sujeitos e o material recolhido das restrições que o discurso por si só impõe. Ainda, relativamente ao D. S., a A. L. P. apresenta-se como um procedi-

mento mais aberto, e portanto mais capaz de apreender as significações efectivamente relevantes para os sujeitos. No entanto, a entrevista não-estruturada de inquérito continua a figurar como uma técnica privilegiada no estudo das representações sociais já que, apesar das limitações referidas, melhor do que qualquer outra pode permitir a reconstrução da lógica de articulação das dimensões de uma representação. Particularmente produtiva afigura-se-nos a sua utilização após a análise multidimensional do material recolhido através da A. L. P., constituindo as dimensões obtidas os estímulos para a entrevista e isto com o fim de enriquecer a sua interpretação, aprofundar os seus prolongados explicativos e avaliativos e aceder à sua repercussão comportamental.

lência e pediamos-lhe que associasse outras palavras-resposta<sup>4</sup>.  
Com o fim de manter a homogeneidade no procedimento de recolha, a associação livre de palavras decorreu para todos os sujeitos num contexto de entrevista individual. Foram recolhidas 3238 palavras, 1064 das quais diferentes, sendo a média de associação por sujeito de 21, 12, 20 e 16, respectivamente por parte dos quadros, reclusos, administrativos e dirigentes sindicais.

Do ponto de vista teórico, o recurso à associação livre de palavras pressupõe: a) que as sequências associativas constituam um sistema dotado de propriedades estruturais; b) que esta estrutura seja relativamente estável; c) que possa constituir o substracto de um processo de significação (Jodelet, 1965). Os estudos sobre a significação neste contexto teórico-metodológico foram iniciados por Osgood et al. (1957): as relações inter-operadores verbais disponíveis relativamente a um conceito ou objecto e evidenciadas através das técnicas de análise multidimensional, constituem a significação conotativa desse conceito ou objecto, significação que pode incluir uma ou várias dimensões. A teoria dos constructos pessoais de Kelly (1955) e a técnica de grelha reportam-se igualmente a este processo de aceder à significação. No caso específico do estudo das representações sociais a A.L.P. foi utilizada e metodologicamente avaliada por DiGiacomo (1980, 1981).

Sobre o vocabulário recolhido realizámos as operações seguintes:

### a) Construção de tipos ou categorias

Começámos por juntar as palavras com o mesmo morfema, sempre que não apresentavam

mento mais aberto, e portanto mais capaz de apreender as significações efectivamente relevantes para os sujeitos. No entanto, a entrevista não-estruturada de inquérito continua a figurar como uma técnica privilegiada no estudo das representações sociais já que, apesar das limitações referidas, melhor do que qualquer outra pode permitir a reconstrução da lógica de articulação das dimensões de uma representação. Particularmente produtiva afigura-se-nos a sua utilização após a análise multidimensional do material recolhido através da A. L. P., constituindo as dimensões obtidas os estímulos para a entrevista e isto com o fim de enriquecer a sua interpretação, aprofundar os seus prolongados explicativos e avaliativos e aceder à sua repercussão comportamental.

<sup>4</sup> O alcance da A. L. P. nesta investigação foi objecto de um pré-teste junto de 75 sujeitos. A análise dos resultados deste pré-teste permitiu-nos melhorar a forma de recolha, e passar de 7 associações em média por sujeito para 17 na recolha final.

diferenças a nível de significação (um grupo de sete juizes procedeu à aplicação deste critério, sendo as palavras agrupadas quando pelo menos seis dos juizes estavam de acordo). Juntámos depois as palavras com a mesma significação (dada a complexidade desta operação, foi primeiramente realizado um trabalho exploratório sobre o qual se pronunciaram quatro juizes que decidiram sobre os agrupamentos a reter na base de um acordo maioritário). Passámos assim de 1064 palavras diferentes a 771 tipos ou categorias.

b) Selecção de palavras em cada um dos quatro grupos

Com o fim de eliminar as palavras cuja ocorrência pudesse ser atribuída ao acaso ou a idiosincrasias dos sujeitos, retivemos apenas em cada grupo os tipos ou categorias aquém da probabilidade de .05 (Hogenraad, 1970). Este tratamento permitiu-nos aumentar a homogeneidade<sup>5</sup> do vocabulário em cada grupo que passou de .45, .46, .47 e .46 para .14, .15, .14 e .14 respectivamente no grupo de quadros, reclusos, administrativos e dirigentes sindicais.

c) Análise da estrutura da representação da violência através do programa INDSCAL

Com o fim de obter a estrutura da representação da violência utilizámos o programa INDSCAL (Carrol, 1972), tendo o processamento decorrido no Centro de Cálculo da Teor, S.A.R.L. O input deste programa é constituído por diversas matrizes de proximidades, correspondendo cada matriz às proximidades entre os estímulos  $i$  e  $j$  para o sujeito  $k$ . O output do INDSCAL é constituído por uma configuração de pontos  $X_1, X_2, X_i \dots X_r$  ( $r$ , número de estímulos) chamada espaço do grupo e por uma outra configuração de pontos  $W_1, W_2, W_i \dots W_k$  ( $k$ , número de indivíduos) chamada espaço do sujeito ou peso do sujeito. A cada sujeito  $k$  corresponde uma configuração específica, função do

espaço do grupo e do peso do sujeito — para o indivíduo  $k$  a respectiva configuração será então:  $\sqrt{W_{kr}} X_{ir}$  (Kruskal e Wish, 1978)<sup>6</sup>. Nesta nossa investigação, os dados submetidos à análise Indscal são constituídos por matrizes de proximidade entre as palavras associadas à palavra violência, e os sujeitos são os nossos quatro grupos. Dados os limites do próprio programa, e as dificuldades de interpretação posterior, não podíamos submeter à análise todas as palavras retidas em cada grupo. Optámos, então, pelas dez palavras mais frequentes em cada grupo, opção que apresenta a vantagem de reter palavras que correspondem ao substracto cultural comum aos diferentes grupos, bem como palavras que representam a originalidade de cada um deles. Obteve-se assim um total de 22 palavras que à frente se apresentam. Os índices de proximidade entre estas palavras foram calculados com base no coeficiente  $R$  de Hellegard (citado por Évrard, 1966)<sup>7</sup>.

RESULTADOS

1. Os elementos da representação da violência

Antes de nos debruçarmos sobre a estrutura da representação da violência e sobre as dimensões que distinguem os grupos objecto de estudo, detemo-nos sobre alguns indicadores relativos aos elementos a partir dos quais se constitui a representação da violência.

No Quadro I verificamos que o índice de homogeneidade do vocabulário retido não varia

$$R_{ij} = \frac{k}{\sqrt{\alpha \gamma}}$$

sendo  $k$  o número de sujeitos que associam as palavras  $i$  e  $j$  à palavra estímulo violência,  $\alpha$  o total de sujeitos que associam à palavra violência a palavra  $i$  e  $\gamma$  o total de sujeitos que associaram à palavra violência a palavra  $j$ . Este índice varia então entre 0 e 1, sendo 1 o máximo de proximidade entre  $i$  e  $j$ . Foram assim obtidas 5 matrizes de proximidades (uma para o total dos sujeitos e quatro relativas a cada um dos grupos) com a seguinte configuração:

		palavras					
		1	2	3	...	22	
palavras	1	—	.49	.33			
	2		—	.60			
	3			—			
	.				—		
	.					—	
	.						—
	.						—
	.						—
	.						—
	22						—

<sup>5</sup> Índice de homogeneidade — tipos de associação/ocorrências. Este índice varia entre 0 e 1, sendo 0 o máximo da homogeneidade ou estereotipia do vocabulário (Hogenraad, 1970).

<sup>6</sup> A vantagem do INDSCAL relativamente a outras soluções de análise multidimensional (MDS) reside no facto de ter em conta as diferenças individuais, apresentar uma solução com os eixos orientados e com significação psicológica, o que permite que sejam directamente interpretáveis e facilita a interpretação de soluções a várias dimensões.

de grupo para grupo. Estamos em presença de um campo semântico relativamente homogêneo em cada sub-amostra, hipoteticamente resultante do efeito de uma norma de grupo que, de qualquer forma, não anula o efeito de originalidade individual.

QUADRO I

	Total	Quad.	Reclu.	Admi.	D. Sin.
Tipos de Associação		71	38	48	41
Ocorrências		513	261	340	297
Índice de Homogeneidade		.14	.15	.14	.14
Número de Sujeitos	188	50	49	48	41

(Indicadores relativos ao material verbal retido, ou seja, as palavras aquém do limite de probabilidade de .05)

No Quadro II apresenta-se o *vocabulário comum*, ou seja, as palavras que foram referidas pelos quatro grupos e os *vocabulários específicos ou originais* de cada um deles, isto é, o conjunto de palavras referidas unicamente por um dos quatro grupos emissores. Se o vocabulário comum corresponde ao substrato cultural subjacente aos diferentes grupos, o *vocabulário original* é um primeiro sinal da especificidade dos conteúdos da representação da violência em cada uma das sub-amostras.

O Quadro II apresenta, assim, os elementos constitutivos da representação da violência, ou na linguagem de Codol (1960) o conjunto dos *cognemas* disponíveis relativamente a este conceito, ou ainda a dimensão *informação* (Moscovici, 1961) da representação social da violência. Verifica-se, pois, que esta *informação* é mais rica nos quadros, na medida em que referem um maior número de palavras, e mais original

QUADRO II

Vocabulário Comum	Vocabulário Original			
	Quadros 39 % <sup>1</sup>	Reclusos 34 %	Administrativos 19 %	Dirig. Sindicais 20 %
Agressão	Acidente	Alcoolismo	Ação	Analfabetismo
Armas	Angústia	Desastre	Criança	Capitalismo
Bater	Automóvel	Egoísmo	Frustração	Classes Sociais
Crueldade	Boxe	Faca	Homem	Colonialismo
Destruição	Cólera	Infelicidade	Insatisfação	Entendimento
Desumanidade	Conflito	Má Educação	Inveja	Imperialismo
Droga	Desadaptação	Maltratar	Tempestade	Inquietação
Fome	Desespero	Mau Carácter	Trabalho	Luta de Classes
Guerra	Desigualdade	Nervos	Zaragata	Prostituição
Mal	Dinheiro	Pau		
Miséria	Doença	Tiros		
Morte	Dominação	Vingança		
Polícia	Erotismo	Violação		
Prisão	Escravidão			
Repressão	Insensatez			
Roubo	Interesse			
	Intolerância			
	Marginal			
	Medo			
	Mutilado			
	Orgulho			
	Paixão			
	Pressão			
	Sociedade			
	Subdesenvolv.			
	Televisão			
	Tristeza			
	Vietname			

<sup>1</sup> Percentagem de palavras em relação ao total de palavras retidas em cada grupo.

nos quadros e nos reclusos, visto que o respectivo vocabulário original é mais elevado do que nos restantes grupos.

## 2. A estrutura da representação social da violência

Analisamos agora a estrutura da organização do vocabulário sobre a violência, ou o *campo de representação* da violência. O conceito de *campo de representação* proposto por Moscovici (1961) exprime a ideia da organização estrutural das *informações*, *elementos* ou *cognemas* relativos a um conceito ou objecto particular. Segundo Zajonc (1968), a hipótese de que o universo cognitivo não é um conjunto informe, mas uma estrutura, vem sendo desenvolvida desde os primeiros estudos de psicologia social cognitiva. Ora uma representação, enquanto sub-conjunto do universo cognitivo, apresenta uma relação também estrutural entre os elementos que a compõem (Codol, 1970).

Como referimos no capítulo sobre o método, recorreremos ao programa INDSCAL para analisar a organização da representação da vio-

lência, partindo do sistema de relações entre os vocábulos que constituem o material retido e não de um qualquer código externo.

O *input* da análise INDSCAL foi constituído: a) pela solução a três dimensões do programa Minissa (Lingoes e Gutmann, 1967) para a matriz de proximidades entre as 22 palavras retidas, matriz esta relativa ao conjunto dos quatro grupos; b) por quatro matrizes de proximidades entre as mesmas palavras, correspondendo cada matriz a cada um dos grupos. Foram extraídas duas soluções, uma a duas dimensões dando conta de 24 % da variância total, e outra a três dimensões onde a variância explicada sobe para 32 %. Detivemo-nos nesta última solução, já que a extracção de modelos mais complexos, apesar de formalmente mais correctos, dificultaria a interpretação sob o ponto de vista substantivo<sup>8</sup>.

No Quadro IV apresentam-se as posições de cada uma das 22 variáveis iniciais em cada um dos três eixos extraídos (matriz 2), bem como o peso relativo com que cada grupo discrimina cada um desses eixos (matriz 1). A representação espacial destes valores é apresentada nas figuras 1 e 2.

A estrutura da representação da violência que apresentamos corresponde a uma cultura hipotética onde estão inseridos e onde se diferenciam as nossas quatro sub-amostras. Não se trata da representação da violência de toda uma sociedade, mas simplesmente daquela que elaboram, partilham, e onde se distinguem os quatro grupos que estudámos.

O primeiro eixo refere dois níveis de conceptualização ou duas formas de expressão da violência: de um lado temos a *violência concreta, física e directa* (faca, pistola, crime) e do outro uma *conceptualização abstracta e mediata* (força, desumanidade, guerra). Chamaremos a esta

<sup>8</sup> De facto, como observa Shepard, citado por Forjas (1979): «users, more often than not, are inclined to err in the direction of extracting too many dimensions ... This inclination seems attributable to ... users (tending to) place undue emphasis on the measure of departure from monotonicity (stress) to the virtual exclusion of much more important considerations of the statistical stability and substantial interpretability of the obtained configurations».

QUADRO III  
ORIGEM DO VOCABULÁRIO CONSIDERADO  
NA ANÁLISE INDSCAL

	Reclusos	Quadros	Dirig. Sind.	Administ.
1 Guerra	+	+	+	+
2 Fome	+	+	+	+
3 Morte	+	+	+	+
4 Agressão	+	+	+	+
5 Armas	+	+	+	+
6 Força	—	+	+	+
7 Miséria	+	+	+	+
8 Repressão	+	+	+	+
9 Polícia	+	+	+	+
10 Política	—	+	—	+
11 Prisão	+	+	+	+
12 Ódio	+	+	—	+
13 Roubo	+	+	+	+
14 Crime	+	—	+	—
15 Faca	+	—	—	—
16 Mal	+	+	+	+
17 Pistola	+	+	—	—
18 Luta	—	+	+	+
19 Amor	—	+	—	+
20 Desumanidade	+	+	+	+
21 Exploração	—	+	+	—
22 Fascismo	—	+	+	—

(+, presente; —, ausente)

**QUADRO IV**  
**REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA**  
**ANÁLISE INDSCAL**

EIXOS	I	II	III	
<i>Matriz 1 — Grupos</i>				
1	0.19302	0.39150	0.22512	Reclusos
2	0.39312	0.20255	0.46520	Quadros
3	0.28425	0.32849	0.27013	Dir. Sindicais
4	0.43715	0.35008	0.14987	Administrativos
<i>Matriz 2 — Estímulos</i>				
1	0.19888	0.16562	-0.01101	Guerra
2	0.05992	0.44471	-0.09073	Fome
3	0.13125	0.04711	0.13638	Morte
4	0.06369	-0.08879	0.13132	Agressão
5	0.09718	0.24772	-0.00866	Armas
6	0.23587	-0.19202	-0.01162	Força
7	0.00008	0.45306	0.11572	Miséria
8	0.16028	-0.01854	-0.19707	Repressão
9	0.15364	0.06105	-0.32842	Polícia
10	0.06247	-0.09642	-0.27501	Política
11	0.04197	0.15725	-0.23089	Prisão
12	0.03446	-0.16827	0.33005	Ódio
13	0.11393	-0.10384	-0.26033	Roubo
14	-0.34302	-0.09231	-0.05380	Crime
15	-0.57667	0.10604	0.11896	Faca
16	0.10909	-0.08717	0.37012	Mal
17	-0.46325	-0.00686	0.01247	Pistola
18	0.11482	-0.07721	0.43119	Luta
19	-0.05458	0.13905	0.05854	Amor
20	0.20874	-0.46972	0.17623	Desumanidade
21	-0.21973	-0.10467	-0.08477	Exploração
22	-0.12900	-0.31578	-0.32876	Fascismo

primeira dimensão *nível de apreensão cognitiva da violência*.

O segundo eixo opõe fome e miséria a fascismo e desumanidade: trata-se de uma dimensão que refere a *violência socio-estrutural* ou *político-institucional*, opondo a *violência sofrida* à *violência exercida (opressão)*. Esta dimensão pode, pois, ser chamada *grau de alteridade social da percepção da violência*.

Finalmente, o terceiro eixo opõe a *violência individual* subjacente aos termos luta, mal e ódio) à *violência social* (fascismo, polícia, política): trata-se de um eixo que sublinha a tensão entre dois espaços e duas fontes de violência, e a que chamámos *grau de individualização da percepção da violência*.

Considerando agora a hierarquização que cada grupo faz das dimensões da violência, verificamos que o eixo I estabelece uma clivagem entre as culturas minoritárias (reclusos e sindicalistas) e a cultura majoritária (quadros e administrativos). O eixo II separa os dominados (reclusos e administrativos) dos quadros. Verificamos também que os dirigentes sindicais, investidos de poder tal como os quadros, se

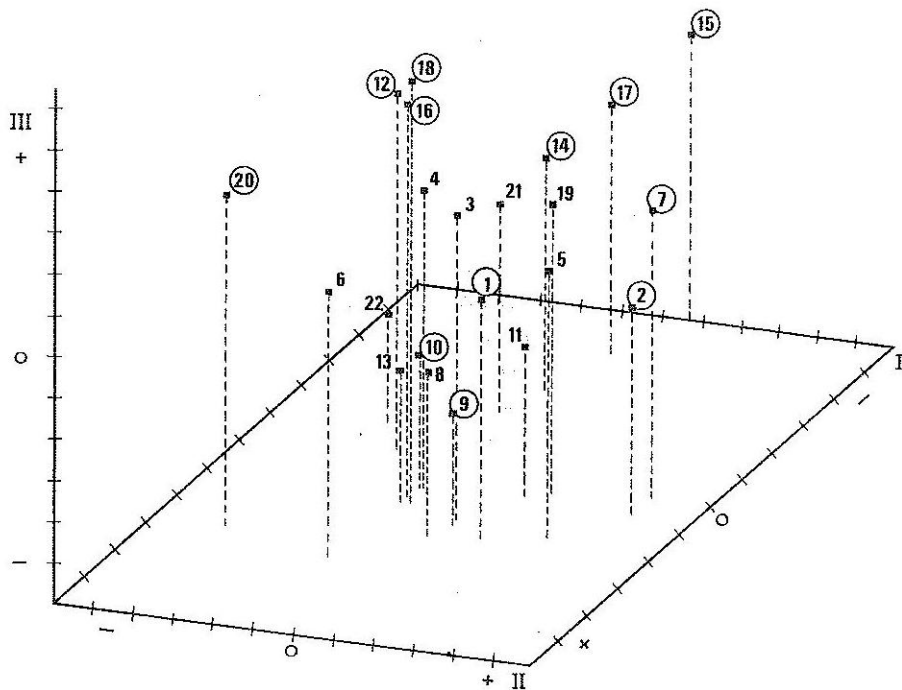


Fig. I — Representação espacial da Matriz 2 — estímulos, representada no quadro IV.



afastam destes para se juntarem neste segundo eixo aos grupos dominados, sem poder institucional. Quanto ao eixo III, ele não constitui uma dimensão caracterizadora de uma sub-cultura ou de uma categoria posicional, pois é um eixo específico de um grupo — os quadros, estabelecendo uma clivagem entre este e os restantes grupos.

Dada a forma como os diferentes grupos discriminam os eixos I e II, poderemos identificá-los, respectivamente, como eixo dos grupos de cultura maioritária, e o eixo dos dominados.

*Eixo I — eixo dos grupos de cultura maioritária:* Como referimos já, este eixo refere dois níveis de conceptualização da violência (mediata e concreta vs imediata), mas parece-nos relevante observar que o tipo de violência concreta evocada se reporta a um quadro de referência jurídico-penal. A cultura maioritária não ignora a violência, mas as significações que lhe reconhece referem ou comportamentos que lhe são exteriores, enquanto acção de indivíduos desviados, ou abstracções cuja enunciação não implica a referência a um sujeito e a um

objecto. A ausência nesta dimensão, do vocabulário relativo às instituições sociais ou a formas de violência socio-estrutural é, quanto a nós, significativa.

*Eixo II — eixo dos grupos dominados:* Este eixo evidencia uma significação da violência que denota uma representação da realidade existencial dos próprios sujeitos dominados, ao dicotomizar a violência em agida (a que subjaz a imagem de um *alter* opressor) e sofrida (a que subjaz a imagem de um *ego* dominado).

### 3. Diferenças inter-grupos

Para lá das diferenças qualitativas inter-grupos que acabamos de sublinhar, procurámos analisar, através de um outro procedimento, a hipótese de que as palavras que os sujeitos associaram à palavra violência permitem prever a inserção destes mesmos sujeitos nos grupos em que *a priori* os categorizámos. Para tal recorreremos à *Análise Discriminante*. Como a *análise discriminante* implica que as variáveis explicativas sejam expressas numa escala de medida de intervalo ou de razões,

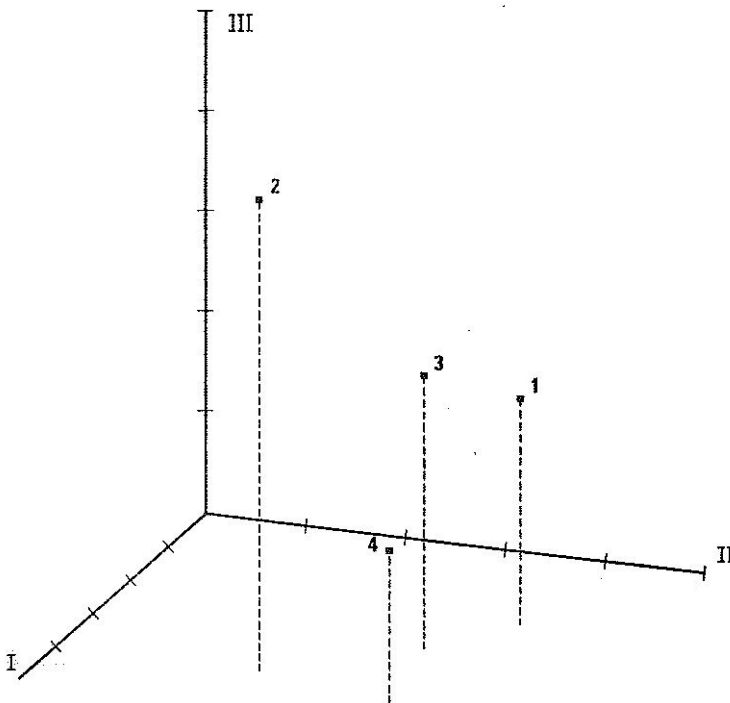


Fig. 2 — Representação espacial da Matriz 1 — sujeitos, representada no quadro IV.

- 1 — reclusos;
- 2 — quadros;
- 3 — dirigentes sindicais;
- 4 — administrativos.

o que não era o nosso caso, procedemos previamente a uma *Análise Factorial de Correspondências* de 180 indivíduos x 22 palavras, tendo sido extraídos 7 factores que explicam 53% da variância total. O *input* da *análise discriminante* foi então constituído pelos scores dos sujeitos em cada um dos factores obtidos<sup>9</sup>.

QUADRO V  
ANÁLISE DISCRIMINANTE DAS DIFERENÇAS ENTRE OS SUJEITOS CLASSIFICADOS EM TERMOS DE CULTURA E ESTATUTO

Grupos	N	Classificados como		Mahalanobis D <sup>2</sup> (g.l. = 7)
		1	2	
<b>Cultura</b>				
1. minoritária	84	64 %	36 %	55.33 (p < .0001)
2. maioritária	96	29 %	71 %	
<b>Estatuto</b>				
1. dominante	88	76 %	24 %	48.79 (p < .0001)
2. dominado	92	40 %	60 %	

Os resultados apresentados no Quadro V mostram que se as médias dos grupos nas variáveis consideradas são significativamente diferentes, confirmando-se assim a nossa hipótese, a inclusão dos sujeitos nos respectivos grupos é desigual.

## DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

1. Ao começar este trabalho perguntávamo-nos se a violência não revestiria outras significações para lá do âmbito das relações inter-individuais, da sua aceção jurídico-penal ou da sua dimensão imediata e concreta que a psicologia tem reproduzido. Os resultados obtidos mostram de facto que aquelas não são senão algumas das expressões da violência tal como é representada por diferentes grupos sociais.

2. De grupo para grupo as referências normativas, os valores e a posição social mudam e as significações da violência são hierarquizadas de diferentes formas, que se prolongarão na es-

truturação das opiniões e dos comportamentos. Será, pois, à luz da relevância desses diferentes significados, e necessariamente em função do contexto situacional, que os sujeitos etiqueterão um comportamento específico como agressivo ou não, ou como mais ou menos agressivo e estabelecerão a sua estratégia de resposta, ou avaliarão as respostas de outrém. É nesta perspectiva que vão, aliás, os resultados obtidos por Camino (1980) num estudo sobre a categorização da violência: é em função do sistema de referências do sujeito observador, da representação que se dá dos objectivos do actor e da vítima que uma mesma acção é considerada como mais ou menos agressiva. É ainda nesta perspectiva que podemos ler a proposta de Da Gloria e De Ridder (1977) segundo a qual os sujeitos consideram como agressivas as reacções que constituem violações de uma norma que têm por legítima na situação de interacção onde as reacções se produziram. As normas não são universais e portanto diferentes sujeitos ao referirem-se a um mesmo comportamento podem reportar-se a diferentes códigos de leitura. Parece assim impossível definir a agressão na base de propriedades específicas de um comportamento, e as dificuldades teóricas e de operacionalização conceptual que se levantam não podem conduzir o psicólogo a refugiar-se num suposto discurso universal sobre a agressão. É enquanto realidade multidimensional e socialmente definida que a agressão deverá ser estudada. Daqui a pertinência da sua abordagem numa perspectiva socio-cognitiva.

3. De acordo com as nossas hipóteses, os resultados obtidos permitem-nos constatar como as representações da violência são modeladas pelas posições específicas dos diferentes grupos no interior da rede social. Os quadros culturais particulares e o estatuto de cada um dos grupos estudados elicitam uma hierarquização própria das dimensões da representação da violência: violência concreta face a uma concepção mais mediata, violência sofrida face à opressão, e a violência individual face à violência social. A primeira dimensão diferen-

<sup>9</sup> Utilizámos o programa BMD05M, cujo processamento decorreu no Centro de Informática do LNEC.

cia os grupos de cultura majoritária dos grupos minoritários, a segunda é sobretudo valorizada pelos dominados, os quadros são, por sua vez, o grupo que mais valoriza a terceira dimensão. Como referimos na introdução, as representações são expressão da matriz de inserção social dos grupos e constituem simultaneamente um factor que define a sua especificidade e os diferencia dos outros grupos. Esta será, aliás, uma das funções das representações sociais. Se as significações da realidade social são produzidas no interior dos grupos em que os indivíduos se inserem e se reportam às relações que estabelecem com outros grupos, é pertinente acentuar o interesse do tipo de variáveis que utilizámos na segmentação dos grupos, e a relativa insuficiência dos critérios de estratificação tradicional de natureza socio-demográfica. Estes remetem para os princípios de estratificação social, aqueles para a estrutura das relações sociais.

Vejamos como a hierarquização que cada grupo produz das dimensões da violência se reporta à forma como representam a própria sociedade.

Ao valorizarem sobretudo o primeiro eixo, os grupos de cultura majoritária não interrogam a estrutura social enquanto tal e nomeadamente enquanto produtora de algum tipo de violência. A sua relação conformista com os valores e normas estabelecidos, não permite o reconhecimento de erros estruturais na organização social. A violência é então a expressão de acções concretas de indivíduos concretos, identificáveis, rotuláveis como desviados, ou é equivalente a *tudo o que se rejeita*, abstracção que encontra o seu ponto de referência na negação dos próprios valores em que se crê assentar a própria estrutura social.

Por sua vez, os grupos dominados, aos quais se juntam os dirigentes sindicais, referem a violência como uma produção da estrutura social. A fome e a miséria têm o seu contraponto na violência como opressão (fascismo e desumanidade). Note-se, entretanto, que este segundo eixo não refere a contra violência estrutural. As significações da violência

enunciadas aqui reportam-se à forma como estes grupos pensam a sua situação de dominados: é enquanto objectos e não como sujeitos que se representam e representam a violência.

O grupo dos quadros ao discriminar quase isoladamente o terceiro eixo revela uma maior complexidade cognitiva. É possível conceber e reconhecer a violência social sem que esta seja considerada como estrutural, sendo então uma resultante de disfunções provocadas por factores individuais (o ódio e o mal são admitidos como componentes da natureza humana). A violência social não seria então um erro do sistema, não seria estrutural, mas um acidente no sistema. Não dizemos, no entanto, que este terceiro eixo apresente uma explicação causal da violência social. Em si ele sublinha apenas a tensão entre dois espaços e duas fontes de violência — o indivíduo e o social.

Parece-nos relevante frizar agora como qualquer dos grupos não valoriza uma das dimensões da violência mas as hierarquiza. Se na apresentação dos resultados e na leitura que acabamos de fazer, acentuámos as oposições entre diferentes discursos sobre a violência, é importante dizer que as diferentes significações da violência são partilhadas, com relevância diferente embora, pelos diversos grupos estudados. Não se trata pois de dimensões fechadas umas em relação às outras mas de um sistema de significações onde se movem os sujeitos na sua especificidade pessoal e os grupos no seu enquadramento social dinâmico. As consequências desta observação para a articulação das representações e dos comportamentos não deixa de ser problemática.

4. Dos poucos estudos sobre a percepção da agressão que conhecemos, aquele que se encontra mais próximo dos nossos objectivos é ainda o estudo de Forjas *et al.*, atrás referido. No entanto, estes autores partem de uma única categoria de episódios agressivos que se referem a uma das dimensões da significação da agressão, a que designámos como concreta e imediata, e analisam como se estrutura a percepção desses

episódios. Não são pois as dimensões da agressão como tais que são analisadas, mas os critérios de categorização de comportamentos relativos a uma das suas dimensões.

No nosso estudo, porém, a violência é abordada fora de qualquer contexto situacional específico, e podemos por isso perguntarmo-nos se as hierarquizações dos eixos de significação que obtivemos permanecem estáveis em diferentes situações e contextos sociais. Pensamos de facto que os resultados do nosso estudo apenas referem a matriz global das significações da violência, matriz onde irá ancorar a categorização de episódios agressivos específicos. A metodologia utilizada por Forjas é um bom exemplo de como se poderá articular o sistema de categorias cognitivas, que constitui a representação da violência, e a percepção das acções concretas em que se desdobra o quotidiano da violência.

5. Apesar das diferenças significativas encontradas entre os grupos, constatámos uma relativa variabilidade de indivíduo para indivíduo dentro do mesmo grupo (de que é sinal, por exemplo, a percentagem de sujeitos remetidos para outro grupo pela Análise Discriminante). Outras clivagens que não aquelas de que partimos estarão, pois, subjacentes aos sujeitos. Será que essas clivagens são de natureza mais individual e menos social, reportando-se a padrões subjectivos? Não é de facto de rejeitar a hipótese de que as representações sociais reflectem as experiências individuais, sem que, no entanto, tal signifique aceitar a hipótese de cada sujeito recorrer a um sistema de categorias cognitivas próprio, só acidentalmente coincidente com o de outros, hipótese esta que remete para uma concepção intra-individual de produção do significado. As representações sociais são construídas no confronto das experiências individuais e grupais e das normas e valores sociais, o seu objecto «*n'est ni l'imaginaire individuel, ni les productions idéologiques, mais ce va et vient entre les deux niveaux sans lequel aucun deux n'existerait*» (DiGiacomo, 1981). As representações são sociais não pela sua extensão; mas porque são construídas na interacção social

e se aplicam à estruturação do meio social; não são apenas determinadas pela estrutura social, mas decorrem da interacção entre variáveis sociais e variáveis de nível psicológico.

6. Mas de que lugar nos fala o sujeito que questionamos? Os indivíduos não são totalmente moldados pelo seu grupo de inserção. Os sujeitos de um mesmo grupo podem pensar e agir de maneira diferente sobre um mesmo objecto já que a sua norma de referência se pode encontrar fora do grupo. Sabemos ainda que a inserção social de um indivíduo poucas vezes se fará pela referência a uma única categoria social, mas pela referência a uma rede de categorias. Em determinadas situações, face a determinados objectos, a referência a um desses grupos será mais relevante do que a referência a outros. É nesta perspectiva que pensamos ser produtivo para o estudo das representações sociais não classificar a priori os indivíduos, mas permitir a emergência do seu lugar através da taxonomia das respostas, considerando-se à partida sim um leque tão vasto quanto operacional de hipóteses de variáveis de categorização psicossociológica.

Esta mesma questão, a do lugar de que nos fala o sujeito que questionamos, é ainda focável de um outro ponto de vista. Partimos da seguinte observação de Tajfel (1971) produzida no quadro das suas análises sobre a categorização social: «*La définition d'un groupe (national, racial, ou tout autre) n'a de sens que par rapport aux autres*». Se a produção cognitiva da ideia de grupo, das suas normas e códigos se faz por referência a outro ou outros grupos, então o estudo das representações sociais deverá ter em conta esse sistema de referências. Com efeito, num estudo sobre a diferenciação categorial, Deschamps *et al.* (1976) mostram que sujeitos que deviam caracterizar o seu próprio grupo, sabendo que iriam caracterizar também um outro grupo, apresentavam semelhanças intra-grupais e diferenças inter-grupais mais acentuadas do que sujeitos que não estavam informados que iriam também caracterizar outro grupo. Por outro lado, num estudo sobre a

representação das identidades dos valões, DiGiacomo (1981) verificou que a posição do conceito *valão* era diferente quando na recolha de dados era precedido pelo conceito *flamengo* ou pelos conceitos *pertença regional* e *francês*. Ou seja, se pretendermos estudar a representação social de um dado objecto enquanto representação de um grupo, poderemos esperar que a homogeneidade intra-grupo dessa representação e as diferenças inter-grupos se acentuem se à partida colocarmos os sujeitos num quadro de inserção e relação social específico. No nosso estudo não era solicitado explicitamente aos sujeitos que falassem a partir de um dado lugar. Não controlávamos, assim, o universo onde ancorava o seu discurso. Tal metodologia poder-nos-ia ter ajudado a obter diferenças inter-grupos mais acentuadas na representação da violência, e uma mais nítida relação entre as dimensões de significação obtidas e a matriz de relações sociais reais ou imaginárias de cada grupo. Pensamos, aliás, retomar o estudo da representação da violência articulando-a com a percepção de diferentes categorias de episódios violentos, que se reportarão a agentes antagonistas nas relações sociais, e controlando explicitamente o quadro de referência dos sujeitos respondentes.

7. A necessidade do estudo da violência numa perspectiva cognitiva foi por nós já acentuada. Não deixa, contudo, de ser problemática a articulação entre as representações da violência e as respostas agressivas, ou a avaliação como agressivas ou não de determinadas respostas. Mas a hipótese de que a agressão é um comportamento socialmente definido, quer dizer, referido aos sistemas de normas sociais e às representações que nos damos das relações sociais, será talvez uma via de trabalho fecunda e de renovação dos estudos sobre a agressão e a violência no âmbito da psicologia social.

#### RÉSUMÉ

*On présente une recherche sur la représentation sociale de la violence en différents groupes sociaux. Des associations libres de mots*

*furent recueillies, en réponse au terme inducteur violence, auprès de quatre groupes sociaux qui différaient au niveau de leur culture (majoritaire ou minoritaire) et de leur statut social (dominant ou dominé). Il s'agissait respectivement des cadres dirigeants et de petits employés, de dirigeants de syndicats et de détenus. Les matrices de co-occurrence des mots associés au terme inducteur furent analysées au moyen de la méthode INDSCAL. Trois dimensions que structurent la représentation de la violence ont été extraites: violence concrète et immédiate par rapport à une conception plus abstraite, violence subie par rapport à l'oppression, et enfin, violence de l'individu face à la violence collective. La première dimension différencie les groupes minoritaires; la deuxième est surtout valorisée par les groupes dominés; les cadres sont le groupe qui discrimine le plus la troisième dimension. Les résultats sont discutés sur le point de vue théorique et méthodologique.*

#### REFERÊNCIAS

- BANDURA, A. e WALTERS, R. H. (1963 — *Social learning and personality development*, Holt, New York.
- CAMINO, L. (1980) — *Categorisation of violence, the belief in just world and political activism*, Univ. de Paraíba, João Pessoa.
- CARROL, J. D. (1972) — «Individual differences and multidimensional scaling», in SHEPARD, R. N.; ROMNEY, A. K.; e NERLOVE, S. B. (ed.) — *Multidimensional scaling, theory and applications in the behavioral sciences*, Seminar Press, New York.
- CODOL, J. P. (1970) — «Note terminologique sur l'emploi de quelques expressions concernant les activités et processus cognitifs en psychologie sociale». *Bulletin de Psychologie*, 23:63-71.
- DA GLÓRIA, e DE RIDDER, R. (1977) — «Aggression in dyadic interaction», *European Journal of Social Psychology*, 7:189-219.
- DA GLÓRIA, J. e DE RIDDER, R. (1979) — «Sex differences in aggression: Are current notions misleading». *European Journal of Social Psychology*, 9:9-20.
- DESCHAMPS, J. C.; DOISE, W.; MEYER, G.; SINCLAIR, A. (1976) — «Le sociocentrisme selon Piaget et la différenciation catégorielle», *Archives de Psychologie*, 44:31-44.
- DIGIACOMO, J. P. (1980) — «Intergroup alliances and rejections within a protest movement (analysis of the social representations)», *European Journal of Social Psychology*, 10:329-344.
- DIGIACOMO, J. P. (1981) — «Aspects méthodologiques de l'analyse des représentations sociales», *Cahiers de Psychologie Cognitive*.
- FORJAS, J. P., BROWN, L. B., MENYHART, J. (1980) — «Dimensions of aggression: the perception of aggressive episodes», *British Journal of Social and Clinical Psychology*, 19:215-227.

- FORJAS, J. P. (1979) — «Multidimensional scaling: a discovery method in social psychology», in GINSBURG, G. P. (ed.), *Emerging Strategies in Social Psychology*, Wiley, London.
- GALTUNG, J. (1980) — «La contribution spécifique des recherches sur la paix à l'étude des causes de la violence: typologies», in *La violence et ses causes*, Unesco, Paris.
- HAWKINS, D. F. (1980) — «Perceptions of punishment for crime», *Deviant Behavior*, 1:193-215.
- HERZLICH, C. (1969) — *Santé et maladie*, Mouton, Paris.
- HOGENRAAD, R. (1970) — «Les valeurs chez les cadres: essai de relevé statistique et analyse du processus de mémorisation», *Bulletin du Cerp*, 19:103-110.
- JODELET, D. (1979) — *La représentation du corps*, E. H. E. S. S., Paris.
- JODELET, F. (1965) — «A Associação Verbal», in FRAISSE, P. e PIAGET, J. (ed.) — *Tratado de Psicologia Experimental*, vol. 8, Companhia Editora Forense, Rio de Janeiro.
- KELLY, G. A. (1955) — *The psychology of personal constructs*, Norton, New York.
- KRUSKAL, J. e WISH, M. (1978) — *Multidimensional scaling*, Sage, London.
- LEYENS, J. Ph. (1979) — *The study of aggression: research and plans of the Laboratory of Exp. Social Psy.*, Catholic University of Louvain, Louvain-la-Neuve.
- LINGOES, J. C. e GUTMANN, L. (1967) — «Non-metric factor analysis: a rank reduction alternative to linear factor analysis», *Multivariate Behavioral Research*, 2:485-505.
- MERTON, R. (1957) — *Social theory and social structure*, The Free Press of Glencoe, New York.
- MOSCOVICI, S. (1961) — *La psychanalyse, son image et son public*, P. U. F., Paris.
- OSGOOD, C.; SUCI, G. e TANNEMBAUM, P. (1957) — *The measurement of meaning*, Univ. Illinois Press, Urbana.
- ROSSI, P. H.; BOSE, C. E. e BERK, R. G. (1974) — «The seriousness of crimes: normative structure and individual differences», *American Sociological Review*, 39: 224-237.
- TAJFELL, H. (1971) — «La catégorisation sociale», in MOSCOVICI, S. (ed.) — *Introduction à la Psychologie Sociale*, Larousse, Paris.
- ZAJONC, R. B. (1968) — «Cognitive theories in social psychology», in LINDZEY, G. ARONSON, E. (ed.), *Handbook of social psychology*, Vol. I, Addison-Wesley, New York.